

13 de novembro de 2016

## O Fim do Ocidente?

### Por uma outra globalização



Digamo-lo desde já: a vitória de **Trump** foi devida principalmente à explosão das desigualdades económicas e territoriais nos EUA durante várias décadas, e a incapacidade dos sucessivos governantes a lidar com isso.

As administrações Clinton e Obama nada mais fizeram, muitas vezes, que acompanhar a tendência de liberalização e santificação do mercado iniciada sob Reagan e Bush pai e filho, quando eles próprios não a exacerbaram tanto, como a desregulamentação financeira e comercial, sob Clinton. As suspeitas de proximidade com a finança, e a incapacidade da elite político mediática Democrata de aprender com **Sanders** fizeram o resto.

**Hillary Clinton** ganhou o voto popular (60,1 milhões dos votos contra 59,8 milhões de **Trump**, para uma população adulta total 240 milhões), mas a participação dos mais jovens e mais humildes fracos era muito pequena para ganhar estados-chave.

O mais triste é que o programa de **Trump** vai reforçar as tendências de desigualdade: ele está prestes a remover o seguro de saúde laboriosamente negociado a favor dos trabalhadores pobres, sob **Obama**, e lançar o seu país numa fuga para a frente no dumping fiscal, com uma redução de 35% a 15% da taxa de imposto federal sobre os lucros das empresas, enquanto os Estados Unidos até agora tinha resistido esta corrida-perseguição sem fim vinda da Europa. Sem contar que a crescente étnicização da política americana é um mau presságio para o futuro, se não se encontrarem novos compromissos: eis um país onde a maioria branca vota estruturalmente, 60%, para um grupo, enquanto as minorias votam mais do que 70% para o outro, e em que a maioria está prestes a perder a sua superioridade numérica (70% dos votos expressos em **2016**, contra 80% em **2000** e 50% até **2040**).

A principal lição para a Europa e para o mundo é clara: é urgente reorientar fundamentalmente a globalização. Os principais desafios do nosso tempo são o aumento da desigualdade e do aquecimento global. Devemos, portanto, implementar tratados internacionais capazes de enfrentar esses desafios e promover um modelo de desenvolvimento equitativo e sustentável. Acordos de um novo tipo podem conter, se necessário, medidas para facilitar as trocas. Mas a questão da liberalização do comércio não deve ser o principal. Comércio deve tornar-se novamente o que nunca deveria ter deixado de ser: um **meio** ao serviço de **objetivos** mais elevados. Concretamente, temos de deixar de assinar acordos internacionais visando a redução de tarifas aduaneiras e outras barreiras comerciais incluídos nesses tratados e, nos primeiros capítulos, regras estritas e vinculativas de luta contra o dumping fiscal e

**Por Uma Outra Globalização**

climático, tais como taxas mínimas comuns sobre o lucro das empresas fiscal e metas verificáveis sobre as emissões de carbono. Não é possível negociar tratados de livre-troca, em troca de nada.

Deste ponto de vista, a CETA é um tratado de outro tempo e deve ser rejeitado. É um tratado de estritamente comercial, não contendo nenhuma medida vinculativa sobre o plano fiscal ou climático. Contém no entanto uma seção sobre "*a proteção dos investidores*", permitindo que as multinacionais demandar os Estados em tribunais de arbitragem privados, ignorando os tribunais públicos destinados a todos e cada um.

### **A mudança é indispensável.**

O quadro proposto é claramente insuficiente, especialmente sobre a questão essencial da remuneração de juizes-árbitros, o que vai proporcionar abusos. Na mesma altura em que o imperialismo jurídico dos EUA redobra de intensidade e impõe as suas regras e tributos às nossas empresas, este enfraquecimento da justiça pública é uma aberração. A prioridade deverá ser, ao invés, a constituição de um poder público forte, com a criação de um procurador e um departamento europeu capaz de impor as suas decisões.

E que sentido faz assinar os acordos de Paris com objetivos puramente teóricos de limitar aquecimento a 1,5° C (o que exigiria deixar ao hidrocarbonetos no solo, tais como as areias de petróleo de Alberta, de que o Canadá acaba de reativar a exploração) e concluir, alguns meses mais tarde, um tratado comercial verdadeiramente constrangedor, que não faz nenhuma menção a esta questão? Um tratado equilibrado entre o Canada e a Europa, visando a promoção de um partenariado de desenvolvimento equitativo e duradouro, deveria começar por definir os níveis de emissão de cada um, e estabelecer medidas concretas para o alcançar.

Sobre a questão do dumping fiscal e taxa de imposto mínimo sobre os lucros das empresas, seria obviamente, uma completa mudança de paradigma para a Europa, que se constituiu como uma zona de comércio livre sem paradigma fiscal comum. Esta mudança é portanto indispensável: para quê então chegar a um acordo sobre uma base coletável comum (que é o único ponto em que a Europa avançou tem um pouco, por agora), se cada país pode, em seguida fixar uma taxa quase nula para atrair as empresas?

É tempo de mudar o discurso político sobre a globalização: o comércio é uma coisa boa, mas o desenvolvimento sustentável e equitativo também requer serviços públicos, infraestruturas, sistemas educação e saúde, os quais, eles próprios, necessitam de impostos justos. Sem o que, o "*trumpismo*", acabará por tudo levar.

### **Thomas Piketty**

«Le Monde»

Tradução livre da responsabilidade de  
Forum Abel Varzim - Lisboa, Portugal